

Terra, Território e ecocídio nas vozes das indígenas mulheres

Ana Manoela Primo dos Santos Soares

Doutoranda em Sociologia e Antropologia/Universidade Federal do Pará

<https://orcid.org/0000-0003-2143-1945>

anamanoelakaripuna@gmail.com

Introdução: Um futuro possível na Terra

Esta pesquisa é realizada por uma indígena do povo Karipuna, que possui formação em sociologia e antropologia, atuando em pesquisas junto as mulheres de seu povo de origem e em estudos relacionados aos movimentos e políticas desenvolvidas por indígenas mulheres¹ em contexto nacional. A partir das relações que mantenho com as parentas², busco através deste artigo, dar alguns primeiros passos na compreensão das relações existentes entre as indígenas mulheres, seus Territórios e a Terra. Este artigo, possui caráter introdutório para a autora, com relação as pesquisas que tratam sobre as indígenas e suas relações com as lutas pela emergência climática. Não porque este

1 Uso nesta pesquisa o termo “indígena mulher” ao invés de “mulher indígena”, pois em diálogos e convivências com parentas que também são discentes na Universidade Federal do Pará (UFPA), percebi em seus discursos o consenso de que a palavra indígena deveria vir antes da palavra mulher, pois antes de sermos mulheres, somos Karipuna, Guajajara, Baré, Tembé e tantos outros povos que estão na UFPA, em suas Graduações e Pós-Graduações, através da presença das indígenas mulheres. Uma vez também observei uma parenta relatar, “nós nascemos indígenas, ser mulher é algo que é construindo posteriormente”. Na percepção desta parenta nascemos com a raiz e a ancestralidade em um povo e mais tarde vamos constituindo o nosso ser mulher a partir deste próprio povo. Em acordo com o que dizem as parentas e em acordo com o que escreve a antropóloga, não indígena, Camille Castelo Branco, o povo ao qual uma indígena mulher pertence é um marcador mais específico em suas trajetórias e narrativas do que os marcadores de gênero (Gouveia Castelo Branco 2018: 13).

2 “Parenta e parente”, são termos que pessoas indígenas, no Brasil, utilizam para se referir a outras pessoas também indígenas, sejam estas de seu povo ou de algum outro povo originário. Gersem Baniwa (2006: 30) diz que “O termo parente não significa que todos os indígenas sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilhamos de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de nossos povos diante da sociedade global”. Parente, nesta pesquisa, também surge como uma categoria de mobilização e estratégia política para os movimentos indígenas.

assunto seja uma novidade na academia ou nos movimentos sociais, mas porque este é um primeiro artigo, realizado pela pesquisadora, sobre o tema. No texto, dialogarei com falas e escritos de indígenas mulheres sobre os cuidados que mantem com a Terra. Recorrendo nas seções a seguir a pesquisas escritas pelas próprias parentas indígenas, em que nelas tratem sobre estas relações. Mas também, recorrendo a discursos e debates abertos em que as parentas expressaram como são suas relações com o ambiente e como sustentar a vida.

Parentas de 130 povos expressaram durante a I Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida em Brasília em agosto de 2019, que “a Terra é Nosso próprio corpo e espírito” (Documento Final da I Marcha das Mulheres Indígenas, 2019). Ou seja, as parentas explicaram que a Terra e nós povos originários, somos um único ser. O que afeta a Terra e aos seus Territórios afetará também aos nossos corpos e modos de existir. Relaciono a perspectiva das parentas nos movimentos de mulheres, a quando Ailton Krenak explica, que não fazemos parte da humanidade que interpreta seu corpo como algo separado da Terra (Krenak, 2019). Como ocorre entre os não indígenas, que visualizam seus corpos e o planeta como algo distinto. Porém, observando que os conceitos indígenas de Terra também podem ser diferentes entre os distintos povos. Mas para compreender estas relações com a Terra e seus Territórios, algo que proponho, é que é necessário compreender que existem epistemologias e cosmopercepções que estão em diálogos e em disputas. O que as indígenas mulheres em movimentos realizam para adiar o fim do mundo, sustentar a vida no planeta e o que compreendem como antropoceno? São questões que pretendo começar a dialogar nas pesquisas, a partir deste artigo.

Pensar as emergências climáticas e o antropoceno, também é inspirado na fala da parenta: Txai Suruí. Especificamente, em seu discurso na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 26), que ocorreu entre outubro e novembro de 2021 na cidade de Glasgow, capital da Escócia. Neste evento, esta jovem liderança explicou que “seu povo vive a mais de 6000 anos na Terra”. Assim, suas palavras emergem como oralidades que trazem conhecimentos, coletividades e ancestralidades que são anteriores a existência de Txai Suruí, mas que existem, resistem e se movimentam na atualidade, reverberando em suas palavras e práticas de indígena mulher e liderança deste povo. Suruí trata, que seu pai ensinou que “devemos ouvir as estrelas, a lua, o vento, os animais e as árvores”. Entre os Karipuna, meu povo de origem, isto significaria que devemos ouvir aos espíritos karuãna³, seres que vivem em diferentes dimensões do universo. O que a parenta explica

3 Os karuãnas são, de acordo com os parentes de meu povo e dos povos Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kalinã “Pessoas que vivem no Outro Mundo, onde são gente como nós, e que apenas os pajés conseguem ver e se comunicar com eles. Vêm do mar, dos rios, lagos, das matas e do espaço, são espíritos de aves, cobras, peixes, árvores e estrelas (Andrade 2009: 19-51).

é que para preservar a Terra devemos também dialogar com os outros seres que nela habitam e que também contribuem com curas e cuidados para a sustentação do planeta. Sobre isto, Suruí chama a atenção para o fato de que “os animais, as plantas e os rios estão morrendo em consequência das mudanças climáticas”. Na percepção dos povos indígenas e tal como em sua fala, “não temos tanto tempo para salvar estas vidas”. Além de que “reverter os rumos que as mudanças climáticas estão tomando, não é algo para percebermos os resultados daqui a alguns anos, é para que os resultados sejam sentidos desde agora”. Suruí fala que nós povos indígenas é que “estamos na frente de luta pela emergência climática”. Finalizando, ao expressar que “nós indígenas vamos lutar por um futuro e presente habitáveis, pois nossa utopia é acreditar em um futuro na Terra”.

Txai Suruí também traz a memória da COP 26, Ari Uru-Eu-Wau-Wau, do povo Uru-Eu-Wau-Wau, assassinado por lutar a favor dos direitos dos povos indígenas e da preservação das florestas⁴. Em acordo com a Organização de Direitos Humanos, Global Witness, o Brasil é o quarto país no mundo mais perigoso para ativistas ambientais entre indígenas e não indígenas⁵. Ao lembrar o parente não apenas denúncia a morte de um amigo, mas denúncia que nós povos indígenas, estamos sobre constantes ameaças ao protegermos os Territórios. A morte deste parente, é um processo de genocídio, em que estamos desde o século XVI e muitos foram os que previram que os povos indígenas se extinguiriam ao longo tempo (Ribeiro, 2017). Porém, as parentas e parentes, em suas palavras e ações afirmam, que o futuro será garantido pelos povos indígenas.

A voz de Txai Suruí é a primeira que trago para começar a moldar a pesquisa de como as indígenas mulheres podem sustentar a vida na Terra. Nas seções a seguir dialogarei com as oralidades e escritas de Auricélia Arapiun, Braulina Aurora (2020), Célia Xakriabá (2018), Elisa Pankararu (2020), Joziléia Kaiangang, Luene Karipuna, Suliete Baré (2020), Sônia Guajajara, Telma Taurepang, e Tuíre Kayapó. Mulheres de povos diversos e originárias de diferentes biomas. Mulheres que também são corpos-territórios. Além de trazer em específico as parentas acima, também dialogarei com o Documento Final da I Marcha das Mulheres Indígenas (2019) e com o Manifesto das primeiras brasileiras – As originárias da Terra: A mãe do Brasil é indígena (2021). Algumas destas vozes das parentas são oralidades e escritas, que já havia trazido em publicações anteriores com a finalidade de compreender como elas escrevem sobre o Território (Soares 2021a, 2022).

4 Txai Suruí, jovem indígena brasileira, acaba de discursar na abertura da COP26. *World Wide Fund for Nature*. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?80429/Txai-Suru-i-jovem-indigena-brasileira-acaba-de-discursar-na-abertura-da-COP26>. Acesso: 20/06/2022.

5 Brasil é o 4º país mais perigoso do mundo para ambientalistas. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/13/brasil-e-o-4-pais-mais-perigoso-do-mundo-para-ambientalistas>. Acesso: 20/06/2022.

Mas agora com novas percepções, desejo compreender a partir delas o que Txai Suruí coloca: Um futuro possível na Terra, como as parentas lutam por isto?

Após reunir os argumentos das mulheres, nas considerações finais responderei à pergunta que finaliza o parágrafo anterior. Mas também responderei como é possível compreender o antropoceno a partir do que as parentas colocam. Porém, buscando, ao longo das considerações finais mobilizar e responder algumas outras perguntas que me surgiram enquanto relia a chamada do dossiê para o qual submeti este artigo: Para os povos indígenas crise ambiental é ao invés de crise uma permanência? Quais mundos indígenas estão sendo arruinados? O conceito de antropoceno limita aos povos indígenas? Sobre esta última questão, ainda que nós, povos indígenas, não utilizemos o conceito de antropoceno, algo que abordarei mais à frente, falamos o tempo todo de antropoceno em nossos movimentos. Porém, o nomeamos de outras formas e o explicamos em acordo com nossos sistemas de conhecimentos. Uma forma como podemos nomear o antropoceno é ecocídio. Utilizo este termo no artigo, por perceber que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) utiliza de maneira mais recorrente este conceito.

Em Marisol De la Cadena (2018) antropoceno é uma era geológica e atual em que a humanidade se tornou uma força capaz de destruição planetária. Antropoceno é um termo da academia, muitas parentas e parentes não o conhecem, mas compreendem o que é caminhar rumo a não sustentação da vida e ao fim do mundo. Compreendo o antropoceno como o ecocídio, não exatamente como sinônimos, mas como termos que se relacionam. Os ecocídios são os crimes contra a vida da Terra e consequentemente na Terra. Além dos povos indígenas considerarem os ecocídios equivalente aos genocídios, pois matar a Terra é extinguir nossos modos de viver.

Para finalizar a introdução, explico por que Terra e Território estão em maiúsculo, se o correto talvez fosse que permanecessem com letras minúsculas. As escrevo em maiúsculas pois compreendo a Terra como pessoa e como parenta. Enquanto Território, o compreendo como algo que pode ser uma Terra Indígena, uma aldeia, uma roça, um rio, entre outros lugares ocupados pelos povos originários, mas que é a própria Terra. Os Territórios formam e são parte da Terra, por isso faço esta diferenciação entre os conceitos. Ao longo da leitura a Terra aparecerá para os povos indígenas como mãe e um ser que cuida. Mas, que também pode se vingar quando adoecida e ameaçada, realizando isto para se autopreservar.

Indígena mulher em defesa dos Territórios

Entre as originárias a segunda voz que aparece é a de um discurso recente da liderança Auricélia Arapiun, do povo Arapiun, no Tribunal Permanente dos Povos, em maio de 2022. Em sua fala, Arapiun explicou que “defender a demarcação de um Território indígena, é defender não somente a continuidade das existências dos povos originários que nele habitam, mas é também defender a continuidade de existência de toda a humanidade”. Vínculo, o trecho de sua fala, a três pontos do Documento Final da I Marcha das Mulheres Indígenas (2019), texto publicado em agosto de 2019, três anos antes da fala da parenta Arapiun. O primeiro ponto, é quando no referido Documento, é explicado que quando as indígenas mulheres cuidam dos Territórios, o que naturalmente é parte suas culturas como mulheres originárias, estão garantindo o bem de todo o planeta, pois cuidam das florestas, ar, águas e solos; O segundo ponto quando é explicado que “a maior parte da biodiversidade do mundo está sob os cuidados dos povos indígenas”, de modo que a sustentabilidade inerente a estes cuidados contribui para a sustentação da vida no planeta”; O terceiro quando tratam que os povos indígenas “ao lutarem pelos direitos dos Territórios, estão ao mesmo tempo, a lutar pelo direito à vida”, pois, de acordo com as parentas na Marcha, “a vida e o Território são a mesma coisa, pois a Terra nos dá nossos alimentos, nossas medicinas tradicionais e nossa saúde”. Sendo colocado, em tal documento, que “a violação do Território é a perda do respeito pela cultura e desonra aos ancestrais, que lutaram e morreram pela preservação da Terra”. A fala de Arapiun, ainda que com outras palavras é o reflexo do chamado das vozes de várias parentas lideranças, que redigiram o Documento Final da I Marcha das Mulheres Indígenas. Embora, anos separarem este texto do discurso da parenta, é fato em nossas existências enquanto originárias, que proteger o Território é proteger vidas e conhecimentos. Vidas que não são somente as humanas, são também as existências de espécies de animais e plantas. É proteger as vidas dos espíritos e os mundos em que habitam. De modo geral a vida na e da Terra.

O discurso de Arapiun, aliado as vozes das parentas no Documento da Marcha das Mulheres Indígenas (2019) são algo que explica as relações milenares de existências, cuidados e espiritualidades que mantemos com a Terra. Relações que atravessam as gerações de um mesmo povo e que se reproduzem em outros povos originários, que não somente os Arapiun. Porém, todo o seu discurso é denúncia. Destaco quando a parenta trata da não demarcação e do incentivo a mineração. Auricélia Arapiun fala que “a mineração em Terras Indígenas e o Marco Temporal já estão acontecendo”. Expressa que “nossos Territórios não estão sendo demarcados e as invasões são incentivadas”. Isto faz com que os corpos indígenas permaneçam em riscos e sob ameaças. A não demarcação e

o garimpo fomentam e fortalecem os processos de genocídio e crimes de ecocídio contra os povos indígenas, estas violências que também atravessam as gerações⁶.

Há séculos que querem quebrar os vínculos que mantemos com a Terra. Nos expulsam de nossos Territórios. Somos violentadas e mortas por causa dos recursos naturais que protegemos. Matam nossos corpos, nossas línguas, pajelanças e histórias. A cineasta Aldira Munduruku do povo Munduruku, denunciou no evento Climate Story Lab, de novembro de 2021, “a gente não quer mais ter filhos, pois temos mercúrio no sangue”. As mulheres Munduruku tem seus corpos envenenados e adoecidos pelos resíduos químicos gerados pelo garimpo ilegal, assim são impedidas de realizar o que mantém um povo indígena vivo: Gerar novas crianças e ensinar-lhes sobre seus conhecimentos.

O Documento I Final da Marcha da Mulheres Indígenas (2019), em suas reivindicações coloca, que nós, povos originários, iremos “lutar pela segurança do direito de nossos povos à posse plena dos Territórios. Defendendo-os e exigindo do estado brasileiro que proíba a exploração mineratória em Terras Indígenas”. Por sua vez, o Protocolo de Consulta e Consentimento dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (Rojas Garzón, 2016, p.7-8), desenvolvido pela Rede de Cooperação Amazônica (RCA), afirma que os povos indígenas não têm respeitados os seus direitos Territoriais e sua autodeterminação de decidirem livremente sobre seu presente e futuro na qualidade de sujeitos coletivos de direitos. Sendo-nos negado deliberar sobre nossos modos de vida, planos de futuro e especificidades socioculturais. A defesa dos Territórios é recorrente nas falas das parentas. Sua preservação é a principal luta dos povos indígenas. Pois, como a antropóloga do povo Pankararu, Elisa Ramos, explica: A mãe de todas as lutas para os povos indígenas, é a luta pela mãe Terra (Ramos, 2020, p.38).

O Marco Temporal, ao qual Arapiun denuncia, é uma tese que defende que os povos indígenas somente podem reivindicar os Territórios em que estavam no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Brasileira. A tese não leva em consideração os processos de expulsão dos povos e invasões aos Territórios Indígenas. Além de ignorar que nosso direito ao Território é originário, pois já ocupávamos o que hoje corresponde ao Território brasileiro antes dos contatos com os colonizadores. No Documento da Marcha das Mulheres Indígenas (2019), é defendido pelas originárias que o Supremo Tribunal Federal (STF), não deve permitir, nem legitimar, reinterpretações retrógradas e restritivas do direito originário às Terras tradicionais.

6 Os fragmentos do discurso de Auricélia Arapiun, como apresentado no texto, são de sua fala no Tribunal Permanente dos Povos em maio de 2022. Seu discurso foi gravado em vídeo e amplamente divulgado pelo Conselho Indígena Tapajós e Arapiun.

Ainda tratando do Protocolo de Consulta e Consentimento dos Povos (Rojas Garzón 2016: 7-8). É exigido que os “estados devem observar a obrigatoriedade de consultar aos povos afetados por medidas administrativas e legislativas capazes de alterar seus direitos”:

“O direito à Consulta foi previsto na Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dispondo que os sujeitos interessados deverão ser consultados pelos governos sempre que forem previstas medidas administrativas ou legislativas suscetíveis de afetá-los diretamente” (Rojas Garzón 2016: 7-8).

Porém, não é isto o que ocorre, a exemplo do próprio Marco Temporal e da Hidrelétrica de Belo Monte construída no Rio Xingu no estado do Pará. Aliás, é em protesto a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, que alterou os modos de existência e os Territórios dos Kayapó, como de outros povos da região, que ganha projeção nacional a figura de Tuíre Kayapó. Esta liderança encostou seu facão no rosto do presidente da Eletronorte no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro de 1989. Protagonizando um momento histórico para as indígenas mulheres. Contexto em que os não indígenas, em nível nacional, passaram a perceber o protagonismo de uma indígena mulher como liderança em defesa de seus Território (Soares, 2021). Telma Taurepang, liderança do povo Taurepang, em mesa de debate durante o Encontro dos Povos Mebengokrê e Lideranças Indígenas do Brasil no ano de 2021, expressou que Tuíre Kayapó é inspiração para as indígenas mulheres que defendem os povos e a Terra (Arini 2021).

Como as indígenas mulheres na política podem salvar o planeta e sustentar a vida na Terra?

Nesta seção retomo falas de Telma Taurepang e trato de como as indígenas mulheres estão articulando-se para a defesa da Terra e dos Territórios nos espaços políticos partidários. Não é um desvio no conteúdo tratar, ainda que brevemente, das indígenas mulheres na política partidária, pois estas estão na tentativa de adentrar estes espaços com a finalidade de fortalecer os direitos dos povos originários e a preservação ambiental. Buscam através de trajetórias na política assegurar a demarcação das Terras Indígenas e que soluções que combatam o ecocídio e o avanço do antropoceno sejam formuladas e aplicadas, pois, como Sônia Guajajara explicou no “Encontro Mundial de Mulheres Indígenas: A Cura da Terra”, ocorrido em agosto de 2020: A luta dos povos indígenas está diretamente relacionada a luta pela preservação ambiental⁷. É recorrente nos movimentos de indígenas mulheres, em contexto nacional, haver a frase de que as originárias são a cura

7 Sônia Guajajara é liderança indígena, símbolo de luta e resistência de uma geração. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fasR4FqzMFk&t=76s>. Acesso: 28/06/2022.

da Terra. Os povos indígenas o são, mas não podemos o ser sozinhos. O discurso de Txai Suruí na COP 26 coloca que a responsabilidade para haver um futuro habitável, é de todos os seres que habitam a Terra. Aliás, Suruí, neste evento, teceu políticas para sustentar a vida, ainda que não fosse as partidárias.

Telma Taurepang, em entrevista, afirmou que nas eleições de 2022 as mulheres indígenas começarão a escrever uma nova história da política no Brasil⁸ e sua fala refletiu-se nos acontecimentos que moldaram o Acampamento Terra Livre (ATL) de abril de 2022, nomeado “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e aldear a política”. No ATL foram lançadas as pré-campanhas para deputadas federais de diversas mulheres lideranças. Ainda no ano de 2022, após o ATL, foi lançada a “Campanha Chamado pela Terra: Mulheres indígenas no poder: Movimento e retomada política” da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), com a finalidade de visibilizar e fortalecer as candidaturas de indígenas mulheres de diversas regiões do país. Porém, como explica Beltrão (2022), a violência de gênero e o racismo são algo que dificulta que as indígenas mulheres demarquem lugares na política.

De acordo com a Campanha Indígena da APIB de 2022, quando as *parentas* e os *parentes* são impedidos de demarcarem Territórios na política, isto abre caminhos para que políticos que não estejam alinhados com as pautas socioambientais e dos povos originários ocupem estes lugares⁹. As eleições de indígenas mulheres comprometidas com as causas que fortalecem os povos originários são algo que pode sustentar a vida na Terra, pois supõem-se que suas propostas estarão em acordo com a demarcação de seus Territórios e com o combate ao ecocídio/antropoceno.

Telma Taurepang conta que as indígenas mulheres estão demarcando lugares e fortalecendo-se nas universidades, na saúde, na educação e agora começam na política partidária. Não somente a política feita por povos indígenas poderá sustentar a vida na Terra, mas é importante que os espaços políticos sejam demarcada de jenipapo e urucum. Jozileia Kaingang, do povo Kaingang, disse no evento 8M indígena: As primeiras brasileiras vozes da ancestralidade, de 8 de março de 2022 da ANMIGA, que “as indígenas mulheres são politizadas pelo movimento”¹⁰, inspirada em sua frase, afirmo que também somos politizadas pelo Território.

8 O empoderamento das mulheres indígenas com Telma Taurepang. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yQ9_VI7pD7M. Acesso: 24/06/2022.

9 Campanha Indígena. Disponível em: <https://campanhaindigena.info/>. Acesso em: 28/06/2022.

10 8M Indígena - AS PRIMEIRAS BRASILEIRAS, VOZES DA ANCESTRALIDADE. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=l2cNcGvle2A&t=21s>. Acesso: 28/06/2022.

Retomando as relações com os corpos-territórios

Nos movimentos indígenas a prioridade é a Terra. Ela está adoecida pela exploração de seus recursos, tem seu corpo violentado. Se seu corpo adocece, as consequências dos crimes que causam estas enfermidades, também causarão males nos corpos dos indígenas. Tais como ocorre no garimpo ilegal, ao qual recorri anteriormente através da voz de Aldira Munduruku. Os resíduos do garimpo adoecem os corpos de crianças, jovens e adultos, mas antes envenenam as águas dos rios e os peixes que as comunidades indígenas consomem. O garimpo é uma das características do antropoceno.

Aprendi lendo a liderança Célia Xakriabá (2018), do povo Xakriabá, assim como lendo e ouvindo conferências da antropóloga Brulina Aurora (2020), do povo Baniwa, que nossos corpos de indígenas mulheres são corpos-territórios. Em Xakriabá isto significa que nossos corpos guardam os conhecimentos e as memórias vivenciadas e aprendidas nos Territórios indígenas. Em Aurora significa o mesmo, mas a pesquisadora enfatiza que estes corpos estão em circulação por diversos lugares, por onde passam não deixam ser corpos originários e que trazem em si suas comunidades. As reflexões destas duas parentas, me levaram a pensar como indivíduos ou coletivas indígenas podem vir a representar e ser suas próprias aldeias nos momentos em que não estão nelas. Durante a escrita da dissertação quando solicitava à minha mãe ou minhas tias que contassem algo sobre si, elas contavam memórias da aldeia em que nasceram e cresceram, Santa Isabel na Terra Indígena Uaçá (Oiapoque, Amapá) (Primo dos Santos Soares 2021). Lendo a literatura da engenheira florestal Suliete Gervasio Monteiro do povo Baré, esta remete sua memória do Território ao ato de brincar com outras crianças, ir para a roça e andar livremente na aldeia. Além de rememorar uma draga de garimpo que apareceu em seu Território, permaneceu por um período e foi embora. A parenta defende, que a universidade a fortalece na luta pela proteção da Terra (Monteiro, 2020). Pois, a academia é um lugar que estamos demarcando, trazendo para dentro dela nossos vários mundos e utilizando as canetas e papéis como arcos e flechas na sustentação das vidas.

Coloco como título da seção “retomando as relações com os corpos-territórios”, pois, isto é existente ao longo do texto, mas nesta seção a tomo como algo mais central. Compreendo, a partir dos que as parentas me ensinam oralmente e pela escrita, que a Terra é corpo e a indígena mulher é Território. Além de serem um corpo só. Quem violenta Terra, violenta as mulheres originárias, como explicado com o Documento Final da I Marcha das Mulheres Indígenas (2019). O Manifesto das primeiras brasileiras – As originárias da Terra: A mãe do Brasil é indígena (2021) reafirma o corpo-território, contando que a Terra é parenta, que tecemos relações de parentesco com ela, pois a depender do povo, pode vir

a ser mãe, irmã, tia e avô. Este documento também afirma que somos mulheres biomas, no caso das Karipuna, seríamos mulheres Amazônia.

No povo Karipuna as mulheres sustentam a vida. Uma fala da jovem liderança, Luene Karipuna, durante o evento “Março das Originárias da Terra: A mãe do Brasil é indígena” da ANMIGA¹¹, contou que nossas forças são adquiridas através do cuidado que a Terra tem conosco e que a Terra somente terá forças se cuidarmos dela. Esta é uma relação de reciprocidade, pois a Terra é uma mãe que nos alimenta, nos dá os rios e nos dá os remédios vindos das florestas. Completando que não cuidar dos Territórios é enfraquecer ao povo e até mesmo aos karuãnas e pajés.

Considerações finais

O artigo não resume o suficiente as relações que as indígenas mulheres mantem com a Terra, há assuntos pelos quais não passei como por exemplo suas relações com a agricultura nas roças ou a realização de remédios naturais extraídos das plantas. Porém, passei por literaturas e oralidades com a Terra. Havia explicado, que este artigo, possui caráter introdutório para a autora, com relação as pesquisas que tratam sobre as indígenas e suas relações com as lutas pela emergência climática. Mas também, explico que escrever artigos que tratam do genocídio dos povos indígenas e do ecocídio de nossos Territórios são processos dolorosos demais, pois removem em feridas de crimes que atentam contra nós. Sendo, portanto, também um processo dolorido a escrita deste texto. Apontei em artigo anterior (Soares 2021), que os recursos midiáticos para ouvir e saber sobre as vozes das parentas foram de extrema importância nas pesquisas em que estou, pois neste período de pandemia foram formas que encontrei de me aproximar de suas palavras, ao não poder estar nos movimentos indígenas, nem voltar para a aldeia de origem de minha família para escutá-las pessoalmente.

Porém, retornando as perguntas que o artigo buscou mobilizar, é possível um futuro na Terra? Afirmo que sim e que esta também é minha utopia, pois as espiritualidades de meu povo e suas estratégias de organização me ensinam a acreditar neste futuro. O movimento indígena existe por acreditarmos e lutarmos, para que os processos de genocídio e ecocídio contra os povos indígenas se extingam ou ao menos que não passem impunes juridicamente. Se não lutarmos e acreditamos nisto, povos indígenas e Territórios continuaram a ser explorados. A crise climática, não é crise, é ecocídio e esta como permanência. Os mundos indígenas que estão em ruínas, são os mundos visíveis e

11 Março das Originárias da Terra: A mãe do Brasil é indígena”. Articulação Nacional Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nhEL3oMe3sY>. Acesso: 29/06/2022.

invisíveis de nossas cosmopercepções, são os mundos dos povos indígenas nas aldeias e nas cidades.

O conceito de antropoceno limita aos povos indígenas, pois enquanto coletivos não nos colocamos nesse grupo de humanos com poder para não curar a Terra e não deveríamos ser os únicos a curá-la. O ecocídio existe porque gera capital financeiro a um seleto grupo de homens, a estes interessa a violação da Terra e dos corpos de grupos que zelam para que a violação não ocorra. A Terra para nós é mãe. Mas em diálogo com uma antropóloga, compreendi que a Terra também pode se vingativa com os seres humanos que a adoecem, como tentativa de se preservar. Esta vingança pode ocorrer através de terremotos, aumento do nível das águas, tempestades, entre outros. Mas isto é algo ainda a se refletir, pois o antropoceno é ecocídio, é crime. Mas também é afirmar que o antropoceno tem mecanismos criados pela própria Terra para se preservar.

Indígenas Mulheres a partir de suas posições em suas culturas e ocupando outros cargos fora das aldeias, não sustentam somente os Territórios em que habitam, sustentam o mundo. As falas das parentas, são falas pela continuidade das existências originárias. Suas ações são para o fortalecimento da ancestralidade, dos conhecimentos, direitos, memória e existências do povo e da Terra.

Referências

- ARINI, Juliana. 2020. *“O governo não irá nos dividir”, diz líder Tuíra Kayapó*. Amazônia Real, Belém, 16 jan. 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/o-governo-nao-ira-nos-dividir-diz-lider-tuira-kayapo/> Acesso: 20/05/2021.
- ANDRADE, Ugo Maia (Org.). 2009. *Turé dos povos indígenas do Oiapoque*. Rio de Janeiro/São Paulo: Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio/IEPÉ.
- AURORA, Brulina.; KAINANG, Jozileia; TREMEMBÉ, Lucinha (org.). 2020. *Vivências diversas: Uma coletânea de indígenas mulheres*. 1 ed. São Paulo: Hucitec.
- BANIWA, Gersem. 2006. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje* / Gersem dos Santos Luciano – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional.
- BELTRÃO, Jane Felipe. 2022. *Povos Indígenas, Eleições e Racismo. Sistematização das normas eleitorais. Eixo temático VII: participação política dos grupos minorizados* – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral.
- CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. 2018. *O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. Dissertação de Mestrado, CDS, Universidade de Brasília, Brasília.

DE LA CADENA, Marisol. 2018. "Natureza incomum: histórias do antrope-cego". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, 69: 95-117.

DOCUMENTO FINAL MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS: "TERRITÓRIO: NOSSO CORPO, NOSSO ESPÍRITO". 2019. <http://apib.info/2019/08/15/documento-final-marcha-das-mulheres-indigenas> territorionosso-corpo-nosso-espírito. Acesso: 20/08/2019.

GOUVEIA CASTELO BRANCO BARATA, Camille. 2018. *Mulheres da montanha: corporeidade, dor e resistência entre indígenas*. Dissertação de Mestrado, PPGA, Universidade Federal do Pará.

KRENAK, Ailton. 2019. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras.

MANIFESTO DAS PRIMEIRAS BRASILEIRAS – AS ORIGINÁRIAS DA TERRA: A MÃE DO BRASIL É INDÍGENA. 2021. <https://anmiga.org/manifesto>. Acesso:18/05/2021.

MONCAU, Joana; NIKOU Elpida. 2021. *As mulheres Munduruku estão envenenadas por mercúrio e temos provas; denuncia líder indígena*. Repórter Brasil, 19 jan. 2021. <https://reporterbrasil.org.br/2021/02/as-mulheres-munduruku-estao-envenenadas-por-mercúrio-e-temos-provas-denuncia-lider-indigena/>, Acesso: 28/06/2022.

MONTEIRO, Suliete Gervásio. 2020. "Trajetória e memória coletiva de infância da Suliete Baré". In. *Vivências diversas: Uma coletânea de indígenas mulheres / Organização Braulina Baniwa, Jozileia Kaingang, Lucinha Tremembé*. 1 ed. São Paulo: Hucitec. pp. 21-23.

PRIMO DOS SANTOS SOARES, Ana Manoela. 2021. *Ser indígena e antropóloga: Tecendo pesquisas com as antigas – Aldeia Santa Isabel – Povo Karipuna do Amapá*. PPGSA, Universidade Federal do Pará.

RAMOS, Elisa Urbano. 2020. "Relato de experiência/memorial. Do tronco velho Pankararu aos estudos sobre mulheres indígenas". In. *Vivências diversas: Uma coletânea de indígenas mulheres / Organização Braulina Baniwa, Jozileia Kaingang, Lucinha Tremembé*. 1 ed. São Paulo: Hucitec. pp. 25-42.

RIBEIRO, Darcy. 2017. *Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 7. ed. São Paulo: Global.

ROJAS GARZÓN, Biviany. 2016. *Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais / Biviany Rojas Garzón, Erika M. Yamada, Rodrigo Oliveira*. São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica – RCA; Washington, DC: Due Process of Law Foundation.

SOARES, Ana Manoela Primo dos Santos. 2021a. "As perguntas das antropólogas: Percepções sobre a demarcação do território da escrita e o costurar dos conhecimentos". *Novos Debates*, 7: 1-15.

SOARES, Ana Manoela Primo dos Santos. 2021b. "Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas". *Cadernos De Campo*, 30(2).

SOARES Ana Manoela Primo dos Santos. 2022. "A autoria coletiva e a autoetnografia: experiências em antropologia com as parentas Karipuna do Amapá". *DEBATE - Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi*. 17 (2).

Recebido em 29 de junho de 2022.

Aceito em 28 de agosto de 2022.

Terra, Território e ecocídio nas vozes das indígenas mulheres

Resumo

Esta pesquisa é realizada por uma indígena do povo Karipuna, que possui formação em sociologia e antropologia e atua em pesquisas junto as mulheres de seu povo de origem e em estudos relacionados aos movimentos e políticas desenvolvidas por indígenas mulheres em contexto nacional. A partir das relações que mantenho com as parentas, busco através desta pesquisa começar a compreender as relações existentes entre as mulheres originárias, seus Territórios e a Terra. As parentas expressaram durante a I Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida em Brasília em agosto de 2019, que “a Terra é Nosso próprio Corpo e Espírito”, ou seja, que não fazemos parte da humanidade que interpreta seu corpo como algo separado da Terra. Mas compreender as relações que proponho é algo que passa por se compreender epistemologias e cosmopercepções que estão em diálogos e em disputas. O que as indígenas mulheres em movimentos realizam para adiar o fim do mundo e o que compreendem como antropoceno? São também o que pretendo dialogar nesta pesquisa.

Palavras-chave: Indígenas Mulheres; Corpo-Território; Antropoceno; Povos Indígenas; sustentar a vida na Terra.

Land, Territory and ecocide in the voices of indigenous women

Abstract

This research is carried out by an indigenous woman from the people Karipuna, who has a background in sociology and anthropology and works in research with the women of her people of origin and in studies related to the movements and policies developed by indigenous women in a national context. Based on the relationships I have with my relatives, I seek through this research to begin to understand the relationships between native women, their Territories and the Earth. The relatives expressed during the I March of Indigenous Women, which took place in Brasília in August 2019, that “the Earth is our own Body and Spirit”, that is, that we are not part of humanity that interprets its body as something separate from the Earth. But understanding the relationships I propose is something that involves understanding epistemologies and cosmo-perceptions that are in dialogues and disputes. What do indigenous women in movements do to postpone the end of the world and what do they understand as Anthropocene? These are also what I intend to discuss in this research.

Keywords: Indigenous Women; Body-Territory; Anthropocene; Indigenous People; Sustain life on Earth.